O índice do desenvolvimento humano (IDH) da ONU

MARIA CECÍLIA PRATES RODRIGUES*

É inegável que o índice do desenvolvimento humano (IDH), introduzido pelas Nações Unidas a partir de 1990, representou um grande avanço conceitual e metodológico em termos de aferição do desempenho e comparabilidade entre os países.

Com o IDH, lançou-se a idéia de que não basta a mensuração do desempenho econômico de um país/região: as estatísticas de PIB e PIB *per capita*, tomadas isoladamente, são insuficientes para a avaliação do processo global de desenvolvimento. Assim, o crescimento econômico carece de sentido, se não consegue promover, em última istância, o desenvolvimento humano, entendido como a realização (ou satisfação) pessoal dos indivíduos de um país/região.

Nos quatro *Relatórios sobre Desenvolvimento Humano* já publicados, a ordenação dos países segundo o IDH leva em consideração os resultados obtidos para os indicadores de saúde (esperança de vida ao nascer), de educação (taxa de alfabetização de adultos e escolaridade média) e de renda (poder de compra da renda *per capita* ajustada à linha de pobreza pela Lei de Atkinson, dos rendimentos decrescentes). Deve-se lembrar que é intenção das Nações Unidas ir aprimorando este índice no sentido da incorporação de novos aspectos do desenvolvimento humano.

A seguir, são feitos alguns comentários em relação à metodologia do índice e aos resultados do IDH para o Brasil (1993).

Primeiro, o IDH é um índice de natureza basicamente estrutural, pelo menos no que se refere aos indicadores que entram em sua composição até hoje. A menos do poder de compra da renda *per capita*, os demais indicadores são estruturais e as suas alterações de um ano para outro não são relevantes. Exemplificando, é pequeno o grau de sensibilidade dos resultados da esperança de vida ou da taxa de alfabetização a flutuações conjunturais na economia de um país. No longo prazo, é claro, esta sensibilidade aumenta. Daí, não ter muito sentido a divulgação anual dos resultados do IDH (nesta sua atual configuração), como se fosse um indicador conjuntural.

Segundo, os componentes do IDH são considerados em seus valores médios, ocultando, muitas vezes, sérias distorções existentes na realidade social dos países analisados. No sentido figurado, é como se a temperatura média de uma pessoa estivesse boa, apesar de estar com sua cabeça no forno e seus pés no congelador.

Assim, para que o IDH retrate de fato a realidade humana de um país, é fundamental incluir indicadores de dispersão, além da média, para melhor caracterizar a performance da variável selecionada. Exemplificando: a variável renda deveria incluir indicadores de distribuição da renda tais como o coeficiente de Gini ou a razão entre a renda nacional detida pelos 20% mais ricos e 20% mais pobres.[1]

A variável educação deveria incorporar a razão entre o número de pessoas com nível superior e o número de pessoas que completam apenas a quarta série do primeiro grau. A variável saúde deveria contemplar também a razão entre o número de pessoas que morrem com mais de 65 anos de idade e aquelas que morrem antes de completar 10 anos de vida. E assim por diante.

Terceiro, recentemente foi amplamente noticiado pela imprensa que o Brasil teria caído de sua 59ª posição em 1992 para o 70º lugar, segundo o IDH divulgado pelas Nações Unidas para 1993, o que viria a demonstrar a deterioração na qualidade de vida do povo brasileiro entre estes dois anos.

Na realidade, como mencionado anteriormente, o IDH, tal como configurado, não conseguiria detectar esta piora nas condições de vida no Brasil, que de fato ocorreu entre 1992 e 1993. Tanto é assim que os resultados apurados para o Brasil no Relatório do Desenvolvimento Humano de 1993 são os mesmos que constavam no último Relatório em termos de esperança de vida (65,6 anos), alfabetização de adultos (81,1%) e escolaridade média (3,9 anos) – estes resultados não foram sequer atualizados pelas estimativas mais recentes da FIBGE. Apenas o PIB real per capita sofreu uma ligeira queda entre esses dois anos, de US$ 4.851 para US$ 4.718, o que, traduzido em termos de PIB real per capita ajustado, vem a ser irrelevante.

Assim, é importante apontar que o rebaixamento do Brasil da 59ª para a 70ª posição, no que se refere ao IDH, deveu-se basicamente à inclusão de 11 repúblicas da extinta URSS na amostra dos países pesquisados pela ONU, a saber: Lituânia, Estônia, Letônia, Bielo-Rússia, Ucrânia, Armênia, Geórgia, Casaquistão, Azerbaijão, Maldova e Turkmenistão. Cabe salientar ainda que entre os países mais bem classificados do que o Brasil em 1992, deixaram de constar, este ano, a Albânia e a Iugoslávia, por razões óbvias de esfacelamento do tecido social nestes países. Por outro lado, o Panamá e a Jamaica subiram de *ranking*, passando à frente do Brasil neste período, graças à pequenas variações positivas verificadas em sua renda real *per capita*. ■

[1] Para a variável renda, propus em meu trabalho o quociente entre o PIB real *per capita* e a razão entre a participação na renda dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres. Prates Rodrigues, Maria Cecília. "O Índice de Desenvolvimento Social" in *Conjuntura Econômica*, fev. 93.

* IBRE/CEEG